

ALERTA FISCAL

Prefeituras extrapolam limites e cidadão vê redução de serviços

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE ÁGUA DOCE DO NORTE

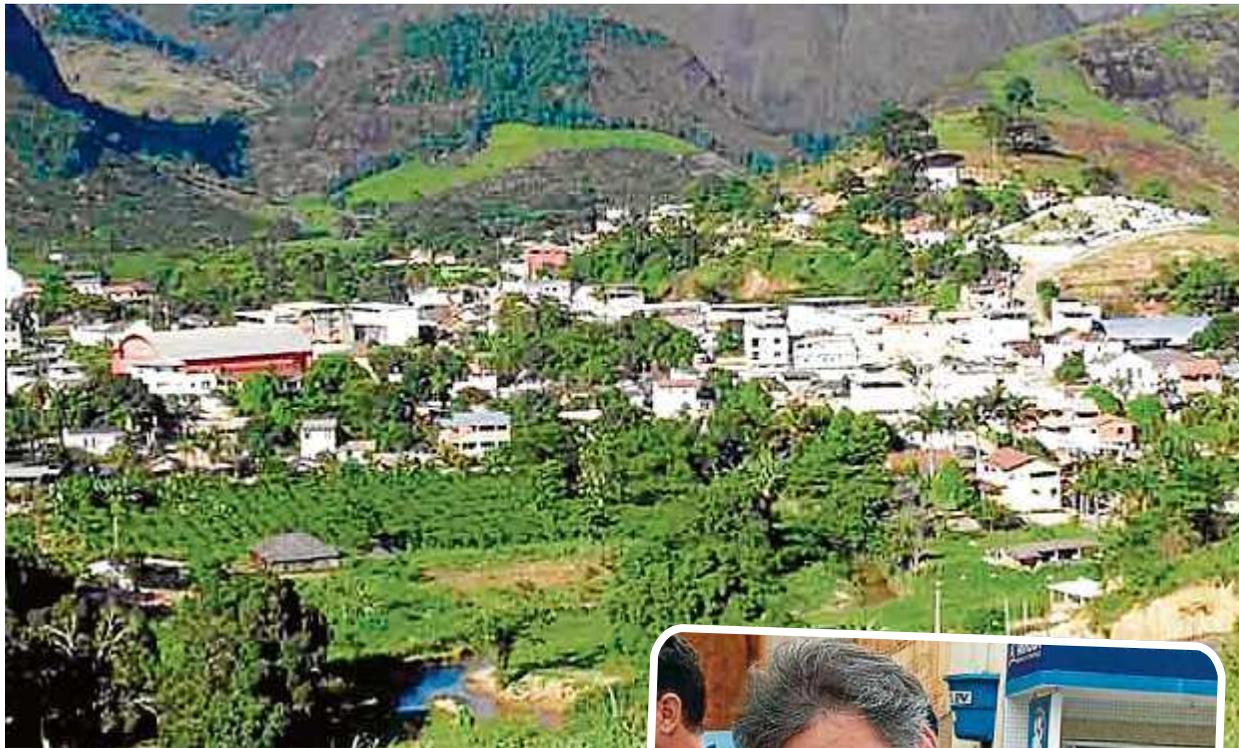
Para voltar aos limites legais de gastos, já há prefeito recorrendo à boa vontade de servidores

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Na ponta das gestões que extrapolaram os limites de gastos com pessoal, uma população precisando assistir a uma redução abrupta de serviços. O prefeito em situação mais complexa é o de Água Doce do Norte, Paulo Márcio Ribeiro (DEM). No segundo quadrimestre de 2015, o gasto da prefeitura com pessoal chegou a 67,94% da receita municipal. Precisando cortar profundamente os gastos com o funcionalismo, ele apostou em medidas extravagantes.

Baseado na máxima de que “é melhor pingar do que secar”, o prefeito diz, sem pudor, que solicitou que profissionais da saúde façam plantões noturnos sem que recebam por isso. Também confirma ter cortado a carga horária da nutricionista do município de 30 horas para 20 horas semanais, embora tenha apelado para que ela continuasse trabalhando o período integral. Ou os servidores acolhem o pedido extravagante, ou simplesmente a prefeitura não terá dinheiro para mantê-los.

“Chamei todos os meus enfermeiros e pedi para fazerem o plantão no PA sem eu pagar. O pessoal está trabalhando de graça. É melhor pingar do que secar. E demissão seca. A nutricionista trabalha aqui e num hospital de Minas Gerais que não paga



Prefeito de Água Doce do Norte, Paulo Márcio Ribeiro (DEM) tem tomado medidas extremas

EXORBITANTE

67,9%

da receita

É a fatia da receita de Água Doce do Norte comprometida com pessoal.

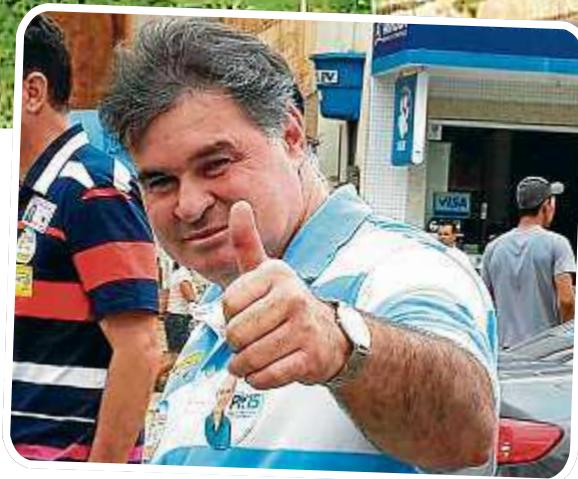
ela há cinco meses”, conta.

Está no radar do prefeito a demissão de funcionários efetivos, caso suas medidas de contenção não surtam efeito. “É difícil sair bem com a população, mas hoje não tenho como olhar isso. Só vou tentar sair de cabeça erguida”, completa.

Cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal talvez seja desafiador demais para um município que ainda não venceu outros problemas. Em julho de 2014, prefeito e vice foram cassados por irregularidades na campanha de 2012. O município chegou a ter três prefeitos em um mês. O presidente da Câmara assumiu, mas abriu mão alegando falta de verbas suficientes. Em dezembro, ocorreu eleição suplementar.

SESSENTA

Em Muniz Freire, o cenário não é menos desafiador. O percentual comprometido com pessoal no se-



gundo quadrimestre de 2015 foi de 62,56%.

O prefeito Paulo Mignone (PSB) acredita que fechará o ano dentro dos 54%. Ele aposta em duas estratégias principais, além dos cortes de comissionados.

O prefeito extinguiu lei que acrescentava 30% aos salários dos funcionários do Programa Saúde da Família

e vai trocar a extensão de carga horária para professores que também atuavam como cuidadores em creche por 35 vagas de funcionários específicos para essa função, com salários menores.

“Primeiro, a Câmara rejeitou porque é uma criação de cargos. Mas o Ministério Público se sentou com eles e explicou. Essas medidas vão

NA SAÚDE

“Pedi para fazerem plantão sem eu pagar. Estão trabalhando de graça”

PAULO MÁRCIO (DEM)
PREFEITO DE ÁGUA DOCE DO NORTE

dar economia de R\$ 850 mil. Nosso índice cairia para 53%”, conta o socialista.

A terceira na lista de cidades com mais receita comprometida com a folha é Bom Jesus do Norte, com 60,4%.

Desde novembro do ano passado, a administração vem tomando uma série de medidas. Entre elas a demissão de 30% dos comissionados. Segundo a prefeitura, até as férias e seus recebimentos foram completamente interrompidos.

Só em abril a prefeitura vai constatar se as providências estão sendo satisfatórias para fechar o ano no azul.

JUDICIÁRIO

A gastança no Judiciário levou outro problema ao Poder. Seus servidores estão em greve há mais de quatro meses, com reivindicações salariais, mas os gastos excedentes impedem o atendimento das demandas. Servidores se queixam que a máquina foi enchida com magistrados e seus benefícios, enquanto eles não tiveram os mesmos privilégios. Não há previsão para encerramento da greve.

Queda do PIB estica prazo para adequação

▄ O Poder Judiciário e os municípios que extrapolaram os gastos com pessoal terão até o final de 2016 para adequarem as contas, sem sanções.

É que a Lei de Responsabilidade Fiscal dobra o prazo de dois quadrimestres para adequação quando o PIB estadual, regional ou nacional cresce menos de 1% nos quatro trimestres do exercício.

A economia brasileira está em recessão. A previ-

são é a de que o IBGE divulgue, em março, que o PIB brasileiro caiu 3,5% em 2015. Ou seja, os gestores terão mais tempo.

De qualquer forma, eles são obrigados pela lei fiscal a cortar um terço do percentual excedente, no máximo, nos três primeiros meses do ano.

Em caso de descumprimento da lei e dos prazos, os gestores podem ter de pagar multas e ficar ilegíveis.

ENTREVISTA



“OS LIMITES PODERIAM SER AINDA MENORES”

Rodrigo Lubiana Zanotti
Secret. controle ext. do TCES

▄ Rodrigo Lubiana Zanotti afirma que a LRF não é rigorosa. Para ele, os prazos e limites poderiam ser ainda mais curtos.

Que mudanças significativas a LRF trouxe, em 2000?

Antes, os orçamentos podiam ser fictícios. Podiam orçar uma despesa muito superior ao que podiam arrecadar. Gestores estimavam uma receita que não existia para fixar despesa alta. Podiam comprometer toda a receita com pessoal. Com o advento da lei fiscal,

passaram a ter metas.

A lei é muito rigorosa como os gestores dizem?

Não. Se o limite fosse flexível, investimentos seriam impossíveis. Penso que os limites poderiam ser menores. Tem que sobrar para investimentos e serviços.

Por que chegam a esse ponto?

O Estado quer ofertar uma gama muito grande de serviços e acaba precisando de estrutura gigante. Precisa ser diminuído. Parte dos serviços deve ir pa-

ra a iniciativa privada.

Os prazos dos relatórios também deveriam diminuir?

Relatórios de gestão fiscal podem ser quadrimestrais ou semestrais. Os de execução orçamentária, bimestrais. Não se justifica. Deviam ser mensais, disponíveis 15 dias após fechar o mês. Se municípios não têm condições de prestar contas em tempo real, não têm condições de serem municípios. O problema talvez seja a distribuição de recursos. Não é a LRF.